

OUTRA MANEIRA DE CONTROLE DO ESPAÇO. O PODER DAS ECONOMIAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Francisco Fransualdo de Azevedo
Rafael Pereira da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Angels Alió
Universidade de Barcelona

Outra maneira de controle do espaço: o poder das economias sociais e solidárias no território brasileiro (Resumo)

Atualmente algumas formas de organização social e política têm ganhado força no território mundial, sinalizando para outra lógica, contra-hegemônica de controle do espaço, a exemplo de movimentos sociais e seus atores ou das economias sociais e solidárias. No Brasil a economia solidária envolve aproximadamente 30000 estabelecimentos distribuídos pelo território nacional, sobretudo nas regiões sul e Nordeste, onde a agricultura familiar é mais representativa. O país se destaca internacionalmente na produção de commodities agrícolas do agronegócio, sendo um dos maiores exportadores de alimentos, como grãos, soja, açúcar, carne e frutas, ao passo que aproximadamente 1/3 da população do país vive abaixo da linha de pobreza, e não tem acesso a tais alimentos. A produção globalizada é gerada especialmente pela economia empresarial da agricultura patronal. A economia familiar representada pela agricultura camponesa e estabelecimentos de economia social e solidária tem a responsabilidade de fornecer para a população nacional alimentos a custos mais baixos e geralmente com melhor qualidade. Esta lógica de produção e organização social representa outra maneira de produzir, organizar e controlar o espaço, com maior equilíbrio ambiental, maior capacidade de geração de trabalho e renda, portanto com forte potencial econômico e político no controle do espaço.

Palavras-Chave: Controle do espaço; economia solidária; agronegócio; Brasil.

Another way to control space: the power of social and solidary economy in the brazilian territory (Abstract).

Currently some ways social and political organization has gained strength in the global territory, pointing to another logic, against-hegemonic of the control of space, such as social movements and actors of the social and solidary economy. In Brazil, for example, the solidary economy involves approximately 30,000 establishments scattered throughout the country, especially in the South and Northeast, where family farming is more representative. This is another way to control space and natural resources, once the country stands out internationally in the production of agricultural commodities in the agribusiness, one of the largest exporters of foods, such as soy beans, sugar meat and fruits, whereas approximately one third of the population lives below the poverty line, without access to such foods. A globalized production have generated especially by the business economy agricultural (production not family). However, the family economy represented by establishments of the peasant agriculture and the social economy has the responsibility of supplying the national population with food at lower costs, and generally, of better quality. This logic of production and social organization is another way to produce, organize and control space with greater environmental balance, greater capacity to generate income and jobs, so with strong economic potential in the spatial control.

Key words: Control space; solidary economy; agribusiness; Brazil.

Desde a década de 1950, o campo brasileiro tem passado por intensas transformações, as quais evidenciam a emergência de novos modos de vida nas áreas rurais, nas estruturas produtivas agrícolas ou nas relações sociais de produção desenvolvidas no interior de cada circuito espacial de produção vinculado ao setor agropecuário.

O processo de modernização agrícola, o qual se acentua a partir da década de 1970, impulsionou a implantação e o uso de dispositivos técnicos modernos na agricultura, sobretudo nas áreas em que se acentua a “agricultura moderna”, nas quais se destaca a produção de *commodities*, em especial a produção de cana-de-açúcar e grãos, com destaque para a sojicultura.

Atualmente as firmas e empresas do agronegócio, se constituem em importantes elementos quando se busca compreender a configuração territorial do campo brasileiro, bem como os usos agrícolas do território. Nesse sentido ressalta-se que as empresas deste setor não são os únicos agentes que influem nos processos acima mencionados, uma vez que como discutiremos a seguir o Estado brasileiro tem atuado como agente financiador, normatizador e formulador de políticas públicas, as quais contraditoriamente têm legitimado o poderio do agronegócio e impulsionado formas solidárias de organização dos agentes não hegemônicos, seja no campo ou na cidade.

Nas áreas rurais, a organização sociopolítica dos agricultores familiares, tem se dado sobremaneira através de associações e cooperativas agrícolas, as quais em sua maioria organizam-se e adotam como princípios a cooperação, a solidariedade, participação igualitária e a autogestão. Neste trabalho tais formas de organização serão compreendidas como organizações não hegemônicas, as quais se configuram como contra racionalidades ao modelo socioeconômico vigente no período histórico atual.

Sobre tal forma de organização sociopolítica, alertamos que esta não deve ser encarada como tábua de salvação ou como via única para a resolução dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares do Brasil ou de qualquer país, esta é tão somente mais uma possibilidade de organização social e política dos agricultores, no entanto com o

diferencial de constituir-se como uma possibilidade de emancipação destes sujeitos sociais, e portanto um outro modo de controle do espaço.

Hegemonia e poder do agronegócio no controle do espaço rural brasileiro

Para que se compreenda como o espaço agrário brasileiro está organizado na contemporaneidade, é essencial que se examine alguns importantes eventos ocorridos no âmago do processo de (re)estruturação econômica e territorial do país, não vetante ao próprio processo de formação do mesmo. Neste trabalho adota-se tal compreensão e antecipadamente admite-se que diante da complexa dinâmica do real, qualquer esforço analítico que se faça no intuito de compreender o processo de modernização da agricultura brasileira, possui um caráter parcial, uma vez que priorizamos aquilo que nos parece mais significativo para apreensão da realidade, em consonância com outro conjunto de eventos, que igualmente contribuem para a explicação das dinâmicas socioeconômicas e espaciais observadas no presente.

A ocorrência da modernização agrícola desencadeou profundas transformações na agricultura brasileira, especialmente no período entre as décadas de 1960 e 1980, tanto na base técnica da produção, quanto na redefinição das relações sociais de produção, ambas sendo causa e consequência de forma mútua, pois a adoção de novos objetos técnicos contribui para que ocorra uma nova forma de organização do trabalho, assim como as novas relações sociais de produção demandam a instalação de equipamentos modernos, com usos igualmente novos. Segundo Oliveira¹ esse processo foi marcado, sobretudo, pela fusão da agropecuária com a indústria, a partir da criação e efetivação de setores industriais a jusante e a montante da agricultura, propriamente dita.

A modernização da agricultura no Brasil caracterizou-se como um mecanismo de integração da agricultura a outros setores da economia nacional, já dominados pela presença do capital financeiro. Sobre esse processo de integração entre agricultura, indústria e capital, é válido ressaltar que ele não atinge todas as culturas agrícolas, tampouco ocorre em todo território nacional de forma homogênea. De acordo com Aracri² esse processo é seletivo quanto à definição das lavouras a serem priorizadas e espacialmente descontínuo, contribuindo desse modo para o acirramento das diferenciações espaciais.

Ao analisar o processo de modernização da agricultura no Brasil, José Graziano da Silva³ afirma que de modo geral, esse processo permitiu que a produção agrícola e a organização do espaço rural passassem do modelo até então vigente, o do complexo rural, para a constituição dos Complexos Agroindustriais – CAI's, perpassando a conformação do complexo cafeeiro paulista.

Conforme aponta Silva⁴, até a década de 1960, predominava no Brasil o complexo rural, entendido como, “o conjunto de atividades desenvolvidas no interior das fazendas da época da Colônia, assentadas na economia natural com uma divisão incipiente do trabalho”. Nesse contexto a mão de obra empregada nas unidades de produção agrícola

¹ Oliveira, 2010.

² Aracri, 2012.

³ José Graziano da Silva, 1998.

⁴ Silva, 1998, p.83.

era responsável não só pelo cultivo da terra e criação de animais, sendo de sua competência também a produção dos equipamentos necessários a todas as etapas do processo produção, desde a pré-produção até o processamento, incluindo-se aí a fabricação de equipamentos, insumos e máquinas, ainda que estes fossem fabricados a partir de uma base eminentemente artesanal.

Ao refletir sobre esta realidade, Locatel⁵ caracteriza a organização do complexo rural brasileiro a partir do que se destaca como sendo o seu aspecto principal, a dinâmica simples e a incipiente divisão do trabalho, afirmando que neste contexto “*la hacienda era una forma cerrada de organización de la producción y de la gestión de la tierra*”, pois para que ocorresse a produção de um determinado produto, fazia-se necessário possuir todos os meios de produção, além de assegurar a reprodução da força de trabalho e o suprimento das necessidades básicas da família.

Conforme destaca o referido autor, era comum a presença de pedreiros, mecânicos e carpinteiros nas fazendas brasileiras neste período, pois cada um com suas funções específicas, mas tendo como premissa a realização do trabalho coletivo, deveriam exercer suas funções de modo a garantir o bom funcionamento do estabelecimento agropecuário, que tinha um caráter quase que autossuficiente, uma vez que não existia nesta ocasião nenhuma articulação significativa entre a agricultura e a indústria.

Com base em Silva⁶ a crise do Complexo Rural tem início em 1850, impulsionada, sobretudo pela proibição do tráfico de escravos da África e devido à formulação da Lei de Terras. Nesse contexto histórico, muitas atividades que outrora eram executadas no interior das fazendas começaram a ser desenvolvidas pela indústria, dando origem a novas dinâmicas econômicas e espaciais. Esse momento de mudança lenta e gradual, marca a emergência do complexo cafeeiro paulista.

Este segundo período inicia-se em 1890, tem seu auge por volta da década de 1930 e estende-se até o ano de 1960, de acordo com Muller⁷, sendo sumariamente marcado pela ampliação das atividades urbanas, assim como pelo surgimento dos setores industriais produtores de máquinas e insumos agropecuários, além do aparecimento das primeiras agroindústrias.

Nessa conjuntura foram forjadas inúmeras articulações entre os produtores rurais e as elites empresariais de outros setores, as quais viabilizaram a criação e fortalecimento de indústrias de bens de capital e insumos, a qual se convencionou chamar de Departamento de Produção de Bens Intermediários (Departamento I) e, de outro, a criação de um setor de processamento dos produtos de origem animal e vegetal, empregando-se cada vez mais capital no processo produtivo agrícola e dando origem aos Complexos Agroindustriais, na década de 1970. Para Oliveira⁸ é sobre essa ideologia modernizadora que a agricultura torna-se dependente e subordinada à indústria.

⁵ Locatel, 2003, p. 4.

⁶ Silva, 1998.

⁷ Muller, 1989.

⁸ Oliveira, 2005.

Ao se analisar o processo de modernização da agricultura, é preciso que tenhamos a clareza de que este conjunto de transformações ocorridas na agropecuária é parte integrante de uma série de mudanças mais profundas e complexas, as quais se constituíram em uma estratégia governamental e empresarial para a dinamização da economia nacional neste período. Neste sentido Gonçalves Neto⁹ afirma que, as mudanças ocorridas na “agricultura brasileira no final dos anos 50 até os anos 80, estavam relacionadas ao projeto de industrialização e urbanização que se pretendia estabelecer no país, para o qual o desenvolvimento do setor agrário tornava-se pedra fundamental”.

A principal estratégia adotada no intento de fortalecer a economia agrícola e modernizar a agricultura no país, foi a instalação dos CAIs, que na visão de Muller¹⁰, se constituem como um

“conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias”.

A implantação dos CAIs no Brasil e intensificação do processo de modernização agrícola, estão alicerçados sob o avanço do capital financeiro e industrial em direção as áreas rurais, assim como pela influência deste nas atividades agrícolas, conforme assinalado por Oliveira¹¹, gerando um conjunto de relações que se complementam e viabilizam a prática da agricultura nos moldes empresariais. Na visão de Delgado¹², é este processo de fusão entre capitais de origem distintas com a agricultura, que cimenta o processo de modernização agrícola do Brasil.

Sobre a constituição dos CAIs, é preciso salientar que estes não se implantaram de forma homogênea ao longo do território nacional e nem tampouco atingiu todas as atividades produtivas desenvolvidas nas áreas rurais, pois esta nova forma de organização da produção agrícola no país, priorizou as culturas que estavam inseridas em ações vinculadas às estratégias da política macroeconômica do país, a exemplo da cultura da cana-de-açúcar, a qual foi bastante favorecida diante deste processo, em virtude da sua ligação com o setor energético, via produção do etanol.

Conforme aponta Gonçalves Neto¹³ com a emergência dos CAIs, novas funções são delegadas a agricultura, no tocante a seu papel no bojo do processo de desenvolvimento econômico nacional, dentre estas destaca-se a geração de divisas, via exportações agrícolas; atender as demandas do mercado consumidor interno e das agroindústrias nacionais; liberação da mão-de-obra excedente, a qual deveria ser incorporada ao setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos e demais produtos agropecuários, assim como sem reduzir a capacidade de processamento destes.

⁹ Gonçalves Neto, 1997, p.142.

¹⁰ Muller, 1989, p. 41.

¹¹ Oliveira, 1999.

¹² Delgado, 1985.

¹³ Gonçalves Neto, 1997.

O cumprimento destas novas demandas torna inevitável a incorporação de novos objetos técnicos nas propriedades rurais, estes cada vez mais dotados de ciência e tecnologia. Como alerta Graziano da Silva¹⁴, as inovações técnicas decorrentes da modernização da agricultura pode ser classificada em três tipos: mecânicas, quando afetam o ritmo da produção e a jornada de trabalhos dos agricultores ou operários; físico-química quando são capazes de alterar os elementos constitutivos o quadro natural, com o intuito de elevar a produtividade; e biológicas, quando alteram diretamente o ritmo natural e espontâneo da produção agropecuária.

O emprego da técnica na agricultura, bem como nos outros setores da economia, é seletivo e diferenciado. É seletivo, porque técnica e capital possuem uma relação simbiótica, e assim sendo, as áreas da economia como um todo, e de modo particular na agropecuária, que mais se evoluíram no quesito sofisticação dos objetos técnicos, foram aquelas que apresentaram continuamente uma relação mais acentuada com a geração de lucros, no caso dos produtos agrícolas, as *commodities*, a exemplo da soja. Resulta desta relação o caráter seletivo da técnica do ponto de vista setorial, pois se desenvolve valorizando culturas específicas, e espacial, pois os equipamentos agropecuários se concentraram na área de ocorrência destas culturas mais tecnificadas, conforme desta Oliveira¹⁵.

É diferenciado, pois nem todos os ramos da agropecuária desenvolvem novas técnicas de produção de forma concomitante, haja vista que nem toda cultura requer a utilização de sistemas técnicos sofisticados para sua produção e processamento. É igualmente distinto no que se refere aos níveis de acesso dos produtores rurais aos equipamentos técnicos modernos, pois embora atuem na mesma atividade, terão acesso aos equipamentos que possibilitam uma maior produtividade, aqueles produtores que se encontram mais capitalizados e dispostos a pagar por estes novos sistemas de produção.

De acordo com Santos¹⁶ a técnica é “a principal forma de relação entre o homem e a natureza” sendo definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

De acordo com o autor, as técnicas se propagam de forma desigual e implantam-se de forma seletiva no espaço. Por assim ser, os subsistemas técnicos de diferentes períodos combinam-se no território e determinam as formas e as condições de vida possíveis em cada lugar, conforme destaca Santos¹⁷. Tais sistemas técnicos “envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução”, conforme assinala Santos¹⁸.

De acordo com Elias¹⁹, “com o desenvolvimento da tecnologia, o homem pode reestruturar os tradicionais sistemas de produção, aumentando a produtividade e reduzindo os custos, e, assim, organizar um novo modelo econômico, o qual intensificou e expandiu o modo de produção capitalista”.

¹⁴ Graziano da Silva, 1990.

¹⁵ Oliveira, 2005.

¹⁶ Santos, 2009a, p.29.

¹⁷ Santos, 2009b.

¹⁸ Santos, 2009b, p.177.

¹⁹ Elias, 2003, p.32.

Ainda de acordo com a autora anteriormente mencionada a expansão dos sistemas técnicos está diretamente ligada à criação e ao desenvolvimento do capitalismo e do processo de globalização da economia e de mundialização do capital. A partir de suas reflexões, Elias²⁰ afirma que

“tal conjuntura caracteriza-se pela unificação da ciência, da técnica e da maior rapidez e dinâmica da informação, dentro de uma perspectiva global. Como a constituição do espaço geográfico se faz cada vez mais com o conteúdo crescente da ciência, tecnologia e informação, o próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico-informacional, consequência espacial do processo de globalização”.

Na contemporaneidade, as técnicas juntamente com as informações em tempo real, dão a um pequeno grupo de empresas a oportunidade de monopolizar e mercado mundial, fato que ocorre de forma mais agressiva devido a uma publicidade brutal, a qual visa despertar cada vez mais a necessidade de consumo. Esse pequeno número de empresas que monopolizam o mercado mundial, regional e local, constitui-se em vetores hegemônicos e integram o que Santos²¹ denomina de motor único do atual período – O sistema capitalista.

No caso específico do campo brasileiro, a modernização agrícola e a fusão de capital entre agricultura e indústria, favoreceu a dinamização do agronegócio, importante setor da economia agrícola brasileira, que nos últimos anos desponta como um dos principais setores responsáveis pelas exportações realizadas no Brasil.

Quadro 01: BRASIL: Balança comercial total e do agronegócio - exportações, importações e saldos – 2010, 2011 e 2012 (em bilhões de US\$)

Balança comercial	2010		2011		2012	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Total	242.580	223.142	256,0	226,2	201,9	181,6
Agronegócio	95,8	16,4	94,6	17,1	76,4	13,4

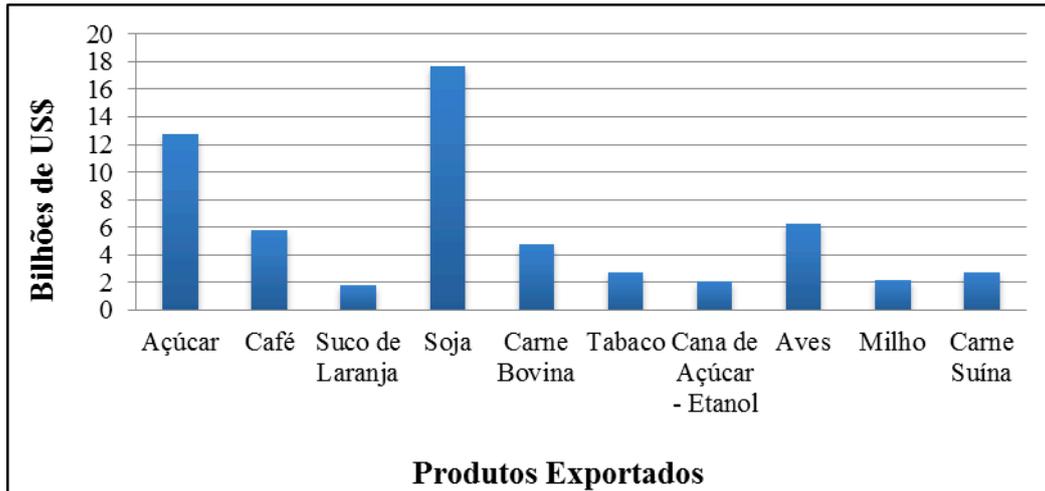
Fonte: Secex/MDIC, 2014.

De acordo com os dados apresentados no quadro 01, o agronegócio tem mostrado significativa participação na balança comercial de exportações, sendo responsável nos anos de 2010 e 2013, por respectivamente, 39,5% e 37,84% do total arrecadado com exportações no Brasil. Dentre os principais produtores agrícolas exportados, destacam-se a soja e os derivados da cana-de-açúcar, com destaque neste último caso para o açúcar refinado, conforme evidenciado no gráfico 01.

Gráfico 01: Brasil – Exportações de produtos do agronegócio (2010)

²⁰ Elias, 2003, p. 37.

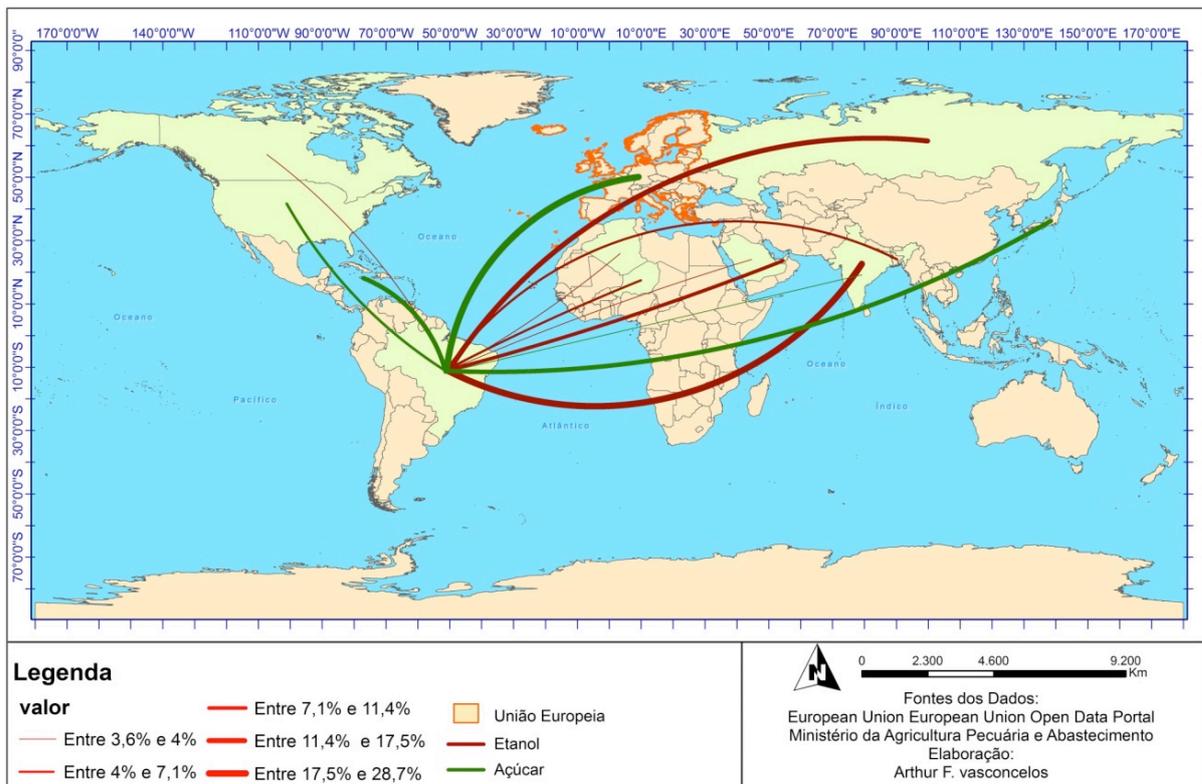
²¹ Santos, 2010.



Fonte: MAPA, 2010.

No tocante ao destino dos subprodutos oriundos do setor sucroalcooleiro, merece destaque o papel da União Europeia que no ano de 2010, foi responsável pela aquisição de 28,7% do etanol produzido e exportado pelo Brasil, sendo seguido por países da América do Norte, Ásia, África e Europa, como demonstrado na figura 01.

Figura 01: Brasil – Principais fluxos de exportação de Açúcar e Etanol (2010)



Fonte: MAPA, 2010.

A figura 01 evidencia o poder do setor sucroalcooleiro no processo de controle do espaço, sobretudo no que concerne o uso do território brasileiro para a produção cana-de-açúcar que serve para produzir álcool e açúcar para exportação. Por conseguinte, no que concerne ao controle do espaço internacional, tendo em vista que a realização destas exportações demandam o desenvolvimento de um conjunto de relações

socioeconômicas e técnicas que viabilizam a circulação de mercadorias, mão-de-obra, tecnologia, informação e capital.

No territorio nacional esse controle é expresso, por um conjunto de materialidades e complexas relações sociais de produção que possibilitam a produção e o processamento do cana-de-açúcar, atividades sumariamente marcadas pela concentração de terra, superexploração da força de trabalho, baixa remuneração ao trabalho e elevado índice de degradação ambiental.

No Brasil o desenvolvimento desta atividade produtiva ocorre de forma mais acentuada nos estados do Sudeste, com destaque para São Paulo e no Nordeste, onde é notório o predomínio desta atividade em Alagoas, tal como evidenciado na figura 02.

Diante do exposto, nota-se que no tocante à área destinada ao plantio da cana-de-açúcar, somente o estado de São Paulo respondia por cerca de 5,17 milhões de hectares, o correspondente a 53,04% de toda a área separada para o cultivo da planta no Brasil em 2012. Em seguida está o estado de Minas Gerais (885.624 hectares), com 9,08%. Também destacam-se os estados de Goiás (7,54% - 732.870 hectares), e Paraná (6,72% - 655.509 hectares). Por outro lado, Amapá, Roraima e DF, destinaram juntos em 2012 1.413 hectares para o cultivo da cana-de-açúcar, o equivalente a 0,01% do total nacional.

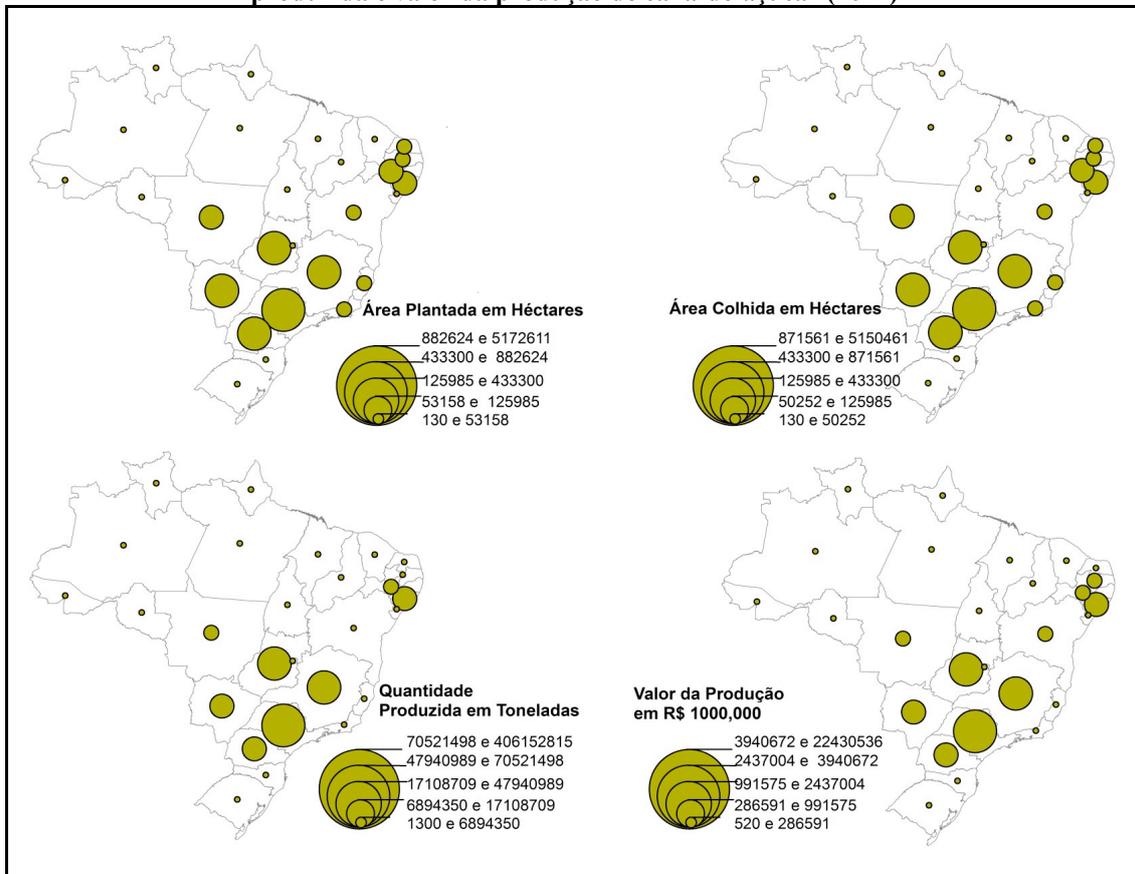
Em relação a área colhida em 2012 destaca-se o estado de São Paulo com 5,15 milhões de hectares colhidos (53,07% do total nacional), seguido por Minas Gerais (8,98% - 871.561 hectares colhidos) e Goiás com 732.870 hectares (7,55% do total nacional). Os estados com menor área colhida de cana foram respectivamente Amapá, Roraima e DF, que somaram juntos 1.270 hectares colhidos, o que corresponde a 0,01% do total nacional.

Em 2012, foram produzidos no Brasil 721.077.287 toneladas de cana-de-açúcar, dos quais, 406.152.815, ou 56,33% do total nacional foram produzidas no estado de São Paulo. Em seguida destacam-se Minas Gerais (70.521.498 toneladas, ou 9,78% do total nacional) e Goiás com 58.348.797 toneladas (8,09% do total nacional). Os estados com menor volume produzido são respectivamente Roraima, Amapá e DF, que juntos colheram 62.305 toneladas de cana-de-açúcar (equivalente a 0,008% do total nacional).

Quanto ao valor da produção verificou-se que em 2012, o cultivo de cana-de-açúcar gerou um total de R\$ 40.451.017.000,00 (quarenta bilhões quatrocentos e cinquenta e um milhões e dezessete mil reais), dos quais o estado de São Paulo respondeu por R\$ 22.430.536.000,00 (vinte e dois bilhões quatrocentos e trinta milhões e quinhentos e trinta e seis mil reais) ou 55,45% do total nacional. Em seguida está Minas Gerais com R\$ 3.940.672.000,00 (três bilhões novecentos e quarenta milhões e seiscentos e setenta e dois mil reais), equivalente a 9,74% do total nacional. O terceiro estado com maior valor de produção de cana é Goiás (R\$ 3.173.841.000,00 – três bilhões cento e setenta e três milhões e oitocentos e quarente e um mil reais) com 7,85% do total nacional. Os três estados com menor valor de produção de cana-de-açúcar são respectivamente Roraima, Amapá e DF, que produziram em 2012 R\$ 6.394.000,00 (0,01% do total nacional). Nesse sentido, conclui-se que a produção de cana-de-açúcar se concentra em três estados da federação – São Paulo, Minas Gerais e Goiás – que responderam em

2012 por 69,66% da área plantada, 69,57% da área colhida, 74,2% do volume produzido e 73,04% do valor da produção. Enquanto os estados de Roraima, Amapá e DF são os menos significativos em nível nacional uma vez que respondem juntos por 0,01% da área plantada, área colhida, volume produzido e valor da produção.

Figura 02: Brasil: Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção de cana-de-açúcar (2012)



Fonte: IBGE - Pesquisa Produção Agrícola Municipal, 2012.

As atividades criadas por esse capital industrial hegemônico mundial, nos países subdesenvolvidos, geram poucos empregos, devido à grande quantidade de capital e tecnologia utilizada. Assim, surgem divisões territoriais e técnicas do trabalho, uma pautada na ação das empresas que utilizam objetos técnicos modernos e dispõem de capital intensivo para investir na produção, a exemplo das grandes agroindústrias, vinculadas a expansão do agronegócio, e do outro lado uma divisão do trabalho formada por pequenos agricultores que são incluídos de forma perversa nesse processo de tecnificação acelerada, que se utilizam no desenvolver do processo produtivo de técnicas rudimentares e faz uso de forma intensa da mão de obra familiar.

Nesse contexto uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares, tem sido a filiação a associações e cooperativas de trabalhadores rurais, sobretudo aqueles que adotam como princípio organizacional e político a economia solidária, a qual possibilita a participação de forma igualitária, no trabalho, na administração dos recursos provenientes das atividades desenvolvidas de forma individual ou coletiva.

Uma outra racionalidade e outra maneira de controle do espaço: o poder da economia social e solidária no território brasileiro

Como já sinalizado, no Brasil a economia solidária se efetivou enquanto forma de organização sociopolítica e tema central de um conjunto de políticas públicas e ações governamentais em um contexto de mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas, estas últimas impulsionadas pela implantação do neoliberalismo como paradigma econômico e elemento redefinidor das relações entre o Estado e o Capital, sendo essa nova articulação caracterizada pela minimização do poder do estado na regulação da produção econômica do país.

Outros importantes eventos ocorridos neste contexto diz respeito à abertura comercial do país, a qual se fez perceber de forma mais efetiva na década de 1990 com a criação do Mercosul, bloco econômico latino-americano, instituído como uma estratégia de integração econômica, sobre a égide da mundialização do capital. Do ponto de vista social e das relações de produção, este foi um momento crivado pela ampliação das desigualdades, precarização das relações de trabalho, sobretudo na indústria, e pela consolidação do desemprego estrutural, no campo e na cidade.

Do ponto de vista institucional, a economia solidária, só torna-se pauta efetiva das políticas do Estado brasileiro no governo do presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), sobretudo com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 24 de Junho de 2003. Tal secretaria está vinculada ao Ministério do Trabalho e emprego, tendo suas ações direcionadas a ampliação da geração de renda, inclusão e promoção do desenvolvimento social. Ao analisar essa conjuntura Melo²², aponta que “70% dos empreendimentos solidários foram criados entre a década de 1990 e o ano de 2005”, vários destes emergindo como uma alternativa aos graves problemas socioeconômicos que afetavam as camadas mais pobres da população brasileira, os quais eram reflexos dos processos de “desindustrialização, desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, o aumento da informalidade do trabalho e mudanças nas formas de empregabilidade dos trabalhadores”²³.

Conforme apontam Faria e Sanchez²⁴, a Política Nacional de Economia Solidária, proposta pelo governo brasileiro, caracteriza-se como transversal e intersetorial, já que a formulação e execução de muitas das ações propostas nesta política, só se efetivam por meio da cooperação institucional entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e alguns outros ministérios e secretarias, dentre os quais se destacam o Ministério do Trabalho e emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério das Cidades.

No meio científico e acadêmico merece destaque entre os estudiosos do tema, as contribuições do economista Paul Singer, que desde a década de 1960 tem realizado esforços no intuito de promover uma discussão teórico-metodológica e política qualificada sobre o temário da Economia Solidária, a ponto de tornar-se o responsável

²² Melo, 2013, p.99.

²³ Melo, 2013, p.99.

²⁴ Faria e Sanchez, 2011.

direto pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, na qual assume o cargo de secretário até o momento.

A economia solidaria envolve um conjunto de atividades econômicas, em suas distintas etapas de produção, distribuição, circulação, consumo, poupança e crédito – organizada e realizada solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionária, abrangendo uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros. Tal como aponta Singer²⁵ ao afirmar que “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Conforme aponta o referido autor, são três as diferenças basilares entre os empreendimentos econômico solidários e as empresas de cunho capitalistas, sejam elas: a intrínseca relação entre o capital e o trabalho, pois de acordo com Singer²⁶, nos estabelecimentos onde empregasse os princípios da economia solidaria, não deve haver a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, assim como a renda gerada a partir das atividades desenvolvidas deve ser repartida somente entre os trabalhadores associados.

Nesse sentido Singer²⁷ assevera que “trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela”.

A segunda característica dos estabelecimentos econômicos solidários, ressaltada por Singer²⁸ é a autogestão, forma organizacional marcada pelo direito de participação ativa e efetiva na tomada das decisões gerenciais da associação ou cooperativa. Tal fundamente rompe com a administração hierarquia e com a concentração do poder existentes na gestão das empresas, nas quais a “personificação” do poder acentuam as relações de subordinação e dependência entre os “chefes” – membros do corpo administrativos das firmas, e “seus encarregados” – trabalhadores assalariados, desprovidos dos meios de produção.

Ao analisar o principio da autogestão, Cornelian²⁹, é enfático ao afirmar que nas associações e cooperativas econômicas solidarias todos “os proprietários são trabalhadores e todos os trabalhadores são proprietários”. Partindo desta compreensão apreende-se que o princípio da igualdade entre os sujeitos, é um elemento essencial na constituição dos empreendimentos econômicos solidários.

A terceira característica fundamental diz respeito a forma como se lida com o dinheiro, pois na economia solidaria, conforme aponta Singer³⁰, não há lucro e sim sobras, as quais resultam da comercialização dos bens produzidos individual ou coletivamente.

²⁵ Singer, 2002, p. 10.

²⁶ Singer, 2002.

²⁷ Singer, 2002, p. 83.

²⁸ Singer, 2002.

²⁹ Cornelian, 2006.

³⁰ Singer, 2002.

Tais sobras no caso das associações e cooperativas devem ser repartidas de forma igualitária ou proporcional entre os agentes cooperados.

É importante salientar que na visão de Singer³¹, parte das sobras devem ser direcionadas ao reinvestimento nas atividades desenvolvidas pelo grupo. Para este autor esta parcela das sobras integra uma espécie de “fundo indivisível” o qual pertence ao coletivo da associação ou cooperativa, não podendo ser acessado de forma individual pelos cooperados, nem pelos diretores dos empreendimentos.

A partir do exposto, nota-se que a economia solidaria se constitui numa forma de organização social, econômica e política, a qual com os seus princípios, bases e valores (quadro 02), contrapõem-se aos ditames impostos pelo sistema capitalista, o qual se caracteriza dentre outros aspectos, pela superexploração da força de trabalho, estímulo à competitividade e ao consumo, maximização do lucro e acumulação do capital.

Quadro 02: Princípios, bases e valores da economia solidária

PRINCIPIOS	BASES	VALORES
<ul style="list-style-type: none">▪ Autogestão▪ Democracia▪ Cooperação▪ Processos horizontais▪ Valorização da diversidade▪ Emancipação▪ Valorização do saber local▪ Valorização da aprendizagem▪ Justiça social na produção▪ Mercado Justo▪ Cuidado com o meio ambiente	<ul style="list-style-type: none">▪ Adesão livre e voluntária▪ Gestão democrática e participativa▪ Participação econômica dos sócios▪ Autonomia e independência (princípio da Gestão Social)▪ Educação, capacitação e informação.▪ Intercooperação▪ Compromisso com a comunidade▪ Trabalha com as sobras (não com lucros)	<ul style="list-style-type: none">▪ Ajuda mútua▪ Responsabilidade mútua▪ Democracia▪ Igualdade▪ Equidade e Solidariedade.▪ Honestidade▪ Transparência▪ Responsabilidade social

Esse conjunto de princípios, bases e valores, tornam a economia solidária, uma alternativa para o desenvolvimento social, sobretudo por possibilitar a geração e a integração das pessoas pobres, desprovidas dos meios de produção nas dinâmicas econômicas do presente. Todavia como assevera Corragio³²

“la Economía Social no puede ser para los pobres, sino que debe ser una propuesta para todos los ciudadanos que además se asegura de lograr la inclusión de los pobres, de los excluidos. No se trata de hacer que “aguanten” hasta que se reactive la economía y el empleo, porque no se van a reactivar al punto de reintegrar a los hoy excluidos, al menos no en varias décadas y, mientras tanto, las pérdidas de vidas humanas biológicas sociales e intelectuales serán irre recuperables”

Como bem se percebe embora a economia solidária, não mereça ser fetichizada como uma espécie dos pobres, esta ainda assim se constitui em uma possibilidade de geração de renda e de melhores condições de vida para os sujeitos e grupos sociais que historicamente foram vitimados pelas adversidades sociais, marginalização econômica e ditames do modelo de sociedade atual. A partir destas reflexões adverte-se aqui que a economia solidária, ou as economias sociais, não devem se constituir em um mero

³¹ Singer, 2002.

³² Corragio, 2002, p.4.

agrupamento de excluídos, mas que precisam ser utilizadas como um mecanismo de enfrentamento as perversidades sistêmicas (re)criadas cotidianamente pelas dinâmicas da economia globalizada.

Contemporaneamente a atuação das empresas e dos empreendimentos econômicos solidários, tem sido sumariamente marcada, por dinâmicas da economia globalizada, ainda que tal como anteriormente destacado a economia solidária constitua-se numa contracorrente a este movimento homogeneizante. Nesse sentido frisa-se ainda que atuação das empresas e dos estabelecimentos de economia solidária tem as suas ações marcadas por lógicas territoriais distintas, uma vez que agentes hegemônicos – grandes empresas e corporações, terão seus funcionamentos pautados em lógicas verticais, ou seja, serão regidas por normas e eventos ditadas a partir de movimentos macroeconômicos, muitas vezes alheios a realidade do local no qual estão estalados.

De acordo com Milton Santos³³ as verticalidades são “pontos no espaço, que embora separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”. De modo geral a emergência das verticalidades no período histórico atual, tem sido impulsionada pela difusão dos sistemas técnicos e informacionais, os quais de acordo com Santos³⁴ têm corroborado para a efetivação de fenômenos como a simultaneidade dos eventos e a convergência dos momentos, ambos de suma importância para as instituições financeiras e empresas inseridas nas dinâmicas da econômica mundializada.

Paralelamente a atuação dos agentes hegemônicos da economia, tem-se o desenvolvimento de ações dos agentes não hegemônicos, os quais são marcados em seu cotidiano pelo firmamento de relações de proximidade entre os sujeitos e por contiguidades espaciais, elementos definidores daquilo que Santos³⁵ nomeia como horizontalidades, as quais se caracterizam como “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”. Nesse sentido ressalta-se que o trabalho desenvolvido pelos agentes cooperados de um estabelecimento econômico solidário, será majoritariamente definido, a partir das dinâmicas próprias dos lugares e das necessidades reais da sociedade local.

A perpetuação dos empreendimentos econômicos solidários depende em certa medida das relações de proximidade e confiança que se estabelecem entre os agentes cooperados de uma mesma associação ou cooperativa, bem como da forma como estas se relacionam com as suas instituições parceiras.

Em sua maioria os estabelecimentos de economia solidária buscam estabelecer parcerias que visam à cooperação mútua entre as distintas associações e cooperativas, as quais objetivam o bem comum e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, caracterizando a ocorrência de relações pautadas no que Santos³⁶ nomeia de solidariedade orgânica, as quais visam à permanência, união e fortalecimento dos agentes não hegemônicos. Para este autor as relações estabelecidas entre os agentes hegemônicos e seus pares, terão como princípio a solidariedade organizacional, a qual

³³ Milton Santos, 2009, p.284.

³⁴ Santos, 2010.

³⁵ Santos, 2009, p. 284.

³⁶ Santos, 2009.

pauta-se no desenvolvimento de ações hierárquicas, dependentes de dispositivos técnicos modernos e que obtivam em última instância a ampliação do lucro das empresas.

Conforme aponta Galli³⁷ “a solidariedade organizacional não representa o espaço banal, ou seja, o espaço como totalidade pela indissociabilidade dos sistemas de objetos e ações”. Esta forma de organização predomina no “espaço econômico”, definido a partir da atuação dos agentes financeiros mundiais, opostamente a solidariedade orgânica, presente em todo o espaço – espaço banal, onde vez que esta permeia o conjunto das relações desenvolvidas pelas diversos agentes econômicos e grupos sociais.

Partindo desta compreensão é importante alertar para o fato de que embora façamos estas distinções conceituais, no plano do real as ações empreendidas pelas firmas e empresas, bem como pelas associações e cooperativas vinculadas a economia solidária, estão imbricadas, muitas vezes complementando-se dentro de um mesmo circuito espacial de produção, sobretudo nos circuitos espaciais produtivos agrícolas, nos quais a etapas de pré-produção ou da produção propriamente dita, ocorre sobremaneira em estabelecimentos da agricultura familiar, a exemplo do setor de laticínios.

Não raro são os casos em que a associações e cooperativas de trabalhadores rurais são também responsáveis pelo processamento de gêneros alimentícios, como ocorre predominantemente com os hortifrutigranjeiros, frutas e leite, gêneros alimentícios que tem o seu processo realizado tanto em plantas industriais como em unidades artesanais ou semi-industriais, que funciona tendo como princípio norteador à economia solidária.

Os estabelecimentos econômicos solidários participam em alguns circuitos espaciais produtivos, como círculos de cooperação, articulando distintos agentes e etapas do processo produtivo, a exemplo do circuito espacial de produção de laticínios e o circuito espacial de produção de frutas de sequeiro, os quais estabelecem vínculos de solidariedade e reciprocidade de modo a assegurar a reprodução de agentes de ambos os circuitos.

A partir desta diversidade de formas de atuação, os empreendimentos econômicos solidários, têm se constituído como importantes elementos quando se busca compreender os usos do território e o controle do espaço no Brasil.

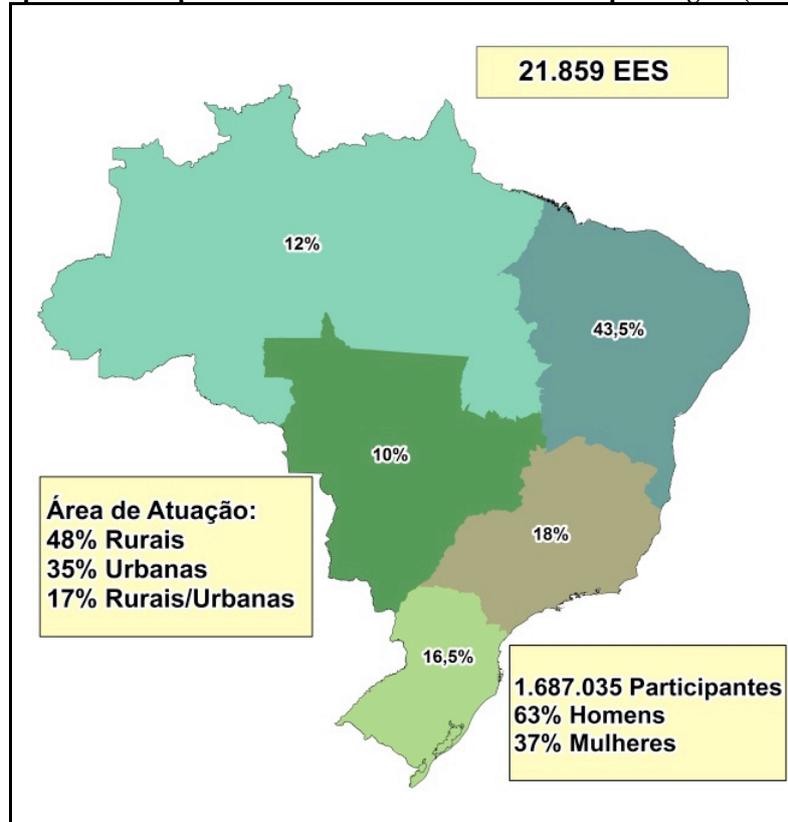
De acordo com dados da SENAES³⁸, existem no Brasil 21.859 empreendimentos econômicos solidários, dos quais 43,5% estão concentrados no Nordeste, região com o maior número de estabelecimentos dessa natureza no país, sendo seguida respectivamente pelas regiões Sudeste (18%), Sul (16,5%), Norte (12%) e Centro-oeste (10%), tal como evidenciado na figura 03. Nessa última região coincide exatamente o domínio do agronegócio no controle do espaço rural regional. Já no Nordeste coincide uma forte presença da agricultura familiar, bem como a maior concentração de estabelecimentos dessa natureza em relação as demais regiões. No caso do Brasil, torna-se evidente que em meio a escassez e a exclusão social que marca parte do território nacional, a população busca se organizar mais do ponto de vista político e economicamente, portanto, socialmente. No caso do Nordeste merece destaque no

³⁷ Galli, 2008.

³⁸ SENAES, 2006.

número de estabelecimentos de economia solidária, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia (figura 03).

Figura 03: Brasil: Percentual de distribuição espacial dos empreendimentos econômicos solidários por Região (2007)



Fonte: SENAES, 2006

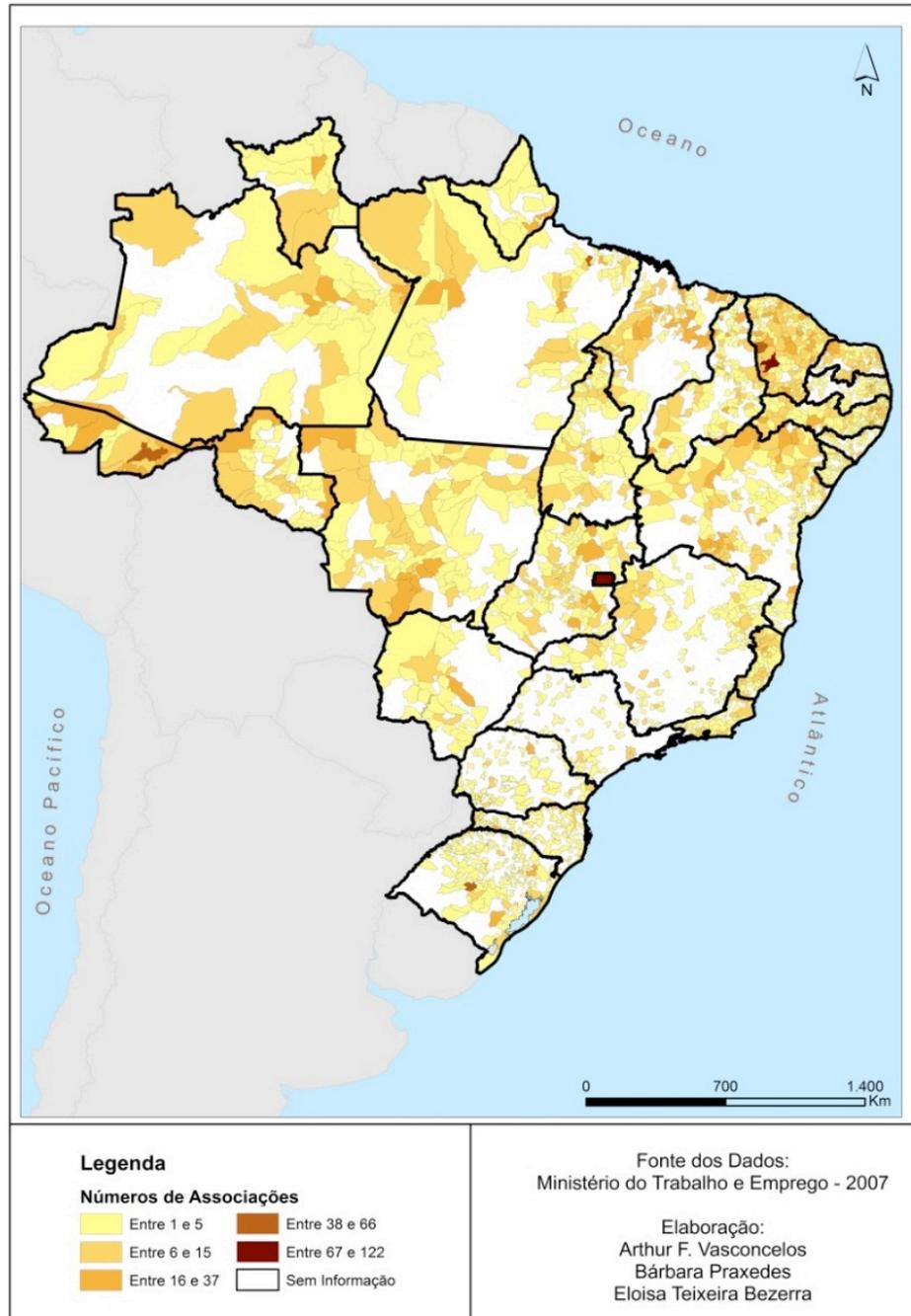
Na contemporaneidade estima-se que esse número de estabelecimentos econômicos solidários seja superior ao identificado em 2006, aproximando-se de 30.000, haja vista que novos estabelecimentos surgiram em todas as regiões, sobretudo no Nordeste do país. Portanto, o movimento da economia solidária abrange aproximadamente 2 milhões de participantes que corresponde a 10% da população nacional. No que se refere à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários podem ser classificados como: cooperativas, associações, grupos informais e outros. Atualmente no Brasil, predomina a ocorrência de associações (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações Cooperativas (11%).

Especialmente as associações são a modalidade de empreendimentos econômicos solidários com distribuição mais uniforme no território nacional, tal como apresentado na figura 04, estando concentradas nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, diferentemente dos grupos informais que predominam no Sul e Sudeste do Brasil.

No tocante ao número de sujeitos vinculados aos empreendimentos econômicos solidários, destacam-se as regiões Nordeste e Sul, as quais apresentam respectivamente um total de 447.535 e 438.695 participantes, seguidas das regiões Norte com 126.728, Sudeste (124.639 participantes) e Centro-oeste, na qual se observa a presença de 114.285 sujeitos filiados a estabelecimentos de economia solidária. Essa distribuição

também tem a ver com o controle do espaço estabelecido pela agricultura familiar de pequena escala, pois são exatamente essas duas primeiras regiões as que apresentam maior representatividade da agricultura familiar no controle do espaço.

Figura 04: Brasil: Distribuição espacial das associações de economia solidária (2007)



É pertinente destacar também que há uma divisão de gênero dentre os sujeitos que integram os empreendimentos econômicos solidários, havendo uma predominância de sujeitos do sexo masculino, nos empreendimentos localizados nas áreas rurais dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e um elevado número de mulheres filiadas aos estabelecimentos de economia solidária localizados nas áreas urbanas destas

mesmas regiões. No Sul e Sudeste os homens são maioria, tanto nos estabelecimentos localizados nas áreas rurais ou urbanas.

Na última década, a economia solidária, tem sido considerada como um importante vetor de desenvolvimento para a população pobre do Brasil, no entanto é preciso cuidado para que não se incorra no erro de acreditar que esta é a “fórmula” para a superação das crises sociais e econômicas, pois tal prática social e econômica é uma alternativa para o desenvolvimento social que se espera, e o êxito na implementação dos empreendimentos econômicos solidários depende de vários fatores, tais como o incentivo do poder público local, o nível de organização sociopolítica dos filiados/cooperados, o grau de articulação entre os diversos empreendimentos existentes no local, da capacidade de gerenciamento dos conflitos internos do movimento e dos ditames do sistema capitalista.

Considerações finais

A modernização da economia brasileira, ancorada nos princípios do desenvolvimentismo, afetou de forma significativa as estruturas sociais do país, seja no campo ou na cidade. Nesse contexto, em ambos os subespaços emergiram atividades produtivas e formas de organização econômica que priorizaram os detentores do capital, em detrimento dos homens simples, possuidores da força de trabalho e expropriados dos meios privados de produção no campo e na cidade.

Dado o processo crescente de exclusão social, ao qual estavam submetidos esses sujeitos sociais, a economia solidária, enquanto forma de organização social, econômica e política se coloca como uma alternativa importante para a geração de renda e melhoria social das famílias dos agentes cooperados/associados.

Do ponto de vista social, a economia solidária tem se constituído em uma forma alternativa de organização dos trabalhadores, a qual tem apresentado desdobramentos sobre as relações sociais de produção, na medida em que prima pela construção de relações pautadas na autonomia dos sujeitos e na autogestão dos empreendimentos, o que contribui para a minimização da dependência e da subordinação desses.

No que concerne à dimensão econômica da economia solidária, é essencial se destacar que para os estabelecimentos econômicos solidários, a reprodução ampliada do capital e a sua acumulação/concentração não é nem o meio, tampouco o fim das atividades desenvolvidas. Já que a premissa essencial desta forma de organização se pauta na produção e comercialização por meio de um mercado justo, o qual possibilite a reprodução social dos agentes cooperados e de seus núcleos familiares, portanto, de todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

A economia solidária apresenta ainda uma natureza política, na medida em que impulsiona a efetivação de relações sociais pautadas na descentralização do poder e na igualdade de direitos entre os sujeitos sociais. Pode parecer simples, mas este conjunto de fatores pode num longo prazo desencadear transformações significativas na forma como os homens simples, que vivem os tempos históricos lentos, imersos muitas vezes na pobreza, ou nas desigualdades e injustiças sociais, em se organizarem e, por conseguinte, superarem tais vulnerabilidades. Tudo isso se relacionando com os demais

grupos sociais e com estes se inserirem na dinâmica do sistema mundo a partir da realidade de seus lugares.

No Brasil, embora em tempos passados fosse possível se observar a ocorrência de organizações sociais ancoradas nestes fatores e princípios, a exemplo das ligas camponesas, comunidades quilombolas e indígenas, assim como nas associações e cooperativas que já adotavam estes princípios em suas ações cotidianas, é recente a expansão e difusão dos empreendimentos econômicos solidários em várias partes do território nacional, os quais estabeleciam e estabelecem relativo controle do espaço e no uso do território, com suas racionalidades sociopolíticas de organização, produção e sobrevivência.

Estima-se que existem atualmente no Brasil aproximadamente 30.000 empreendimentos econômicos solidários, dos quais mais da metade estão concentrados nas regiões Nordeste e Sul, com a diferença de que na primeira predomina a presença das associações, enquanto no Sul a forma de organização mais recorrente são os grupos informais. Estes empreendimentos congregam aproximadamente 2 milhões de trabalhadores cooperados/associados, em estabelecimentos localizados nas áreas urbanas ou rurais.

É pertinente destacar que contraditoriamente as áreas de maior concentração dos estabelecimentos econômicos solidários coincidem com as porções do território nacional que apresenta a maior representatividade da agricultura familiar, nas quais o agronegócio ou já está instalado, como é o caso do Sul, onde predomina a produção de grãos de soja, ou tem se intensificado nas últimas décadas, como é o caso do Nordeste, haja vista a produção de grãos de soja, cana-de-açúcar e frutas tropicais irrigadas em alguns subespaços regionais, especialmente no contexto da agricultura patronal e empresarial.

Tal realidade evidencia o quão complexo é o conjunto de relações que se estabelecem no interior dos circuitos espaciais de produção, os quais muitas vezes congregam a um só tempo, e no mesmo recorte espacial, agentes hegemônicos e não-hegemônicos, cada um destes com papéis muito distintos, específicos e bem definidos, bem como com mecanismos particulares de uso do território e de controle do espaço. Muitos circuitos espaciais produtivos são marcados por um conjunto de relações de concorrência e complementariedade entre as empresas, corporações, instituições financeiras e empreendimentos econômicos solidários, os quais não se excluem, mas concorrem e interagem, mesmo em meio a relações desiguais de poder, dando dinamismos aos circuitos espaciais e (re)definindo os usos do território.

Portanto, entende-se a economia solidária como uma racionalidade alternativa no contexto do modo de produção e organização econômica capitalista. No entanto, adverte-se que a compreensão desta primeira só é possível a partir do estabelecimento de suas relações com as demais estruturas econômicas, sociais e produtivas em curso. É importante que se veja a economia solidária como uma alternativa de organização e sobrevivência dos sujeitos explorados historicamente pela lógica de dominação do modo capitalista de produção, ou seja, uma contraposição a esta racionalidade, embora não seja a única solução para os problemas sociais e econômicos que excluem os

homens lentos e simples, muitas vezes pobres, no campo e na cidade, no Brasil e no mundo.

Bibliografia

ARACRI, L. A. S. *Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo: a agricultura de precisão em Mato Grosso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2012.

CORRAGIO, J. L. *La economía social como vía para otro desarrollo social*. Documento preparado para el lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de Economía Social” en URBARED, Red de Políticas sociales 2002. <www.top.org.ar/publicac.htm>. [02 Abril 2014].

CORNELIAN, A. R. *A concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Campus de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo: Araraquara, 2006.

DELGADO, G. da C. *Capital financiero e agricultura no Brasil: 1865-1985*. São Paulo: Icones editora LTDA. 1985.

ELIAS, D. *Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FARIA, M. S. de; SANCHEZ, F. A economia solidária no governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In BENNI, É. A. et all. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras expressões, 2011.

GALLI, T. B. Novos usos do território brasileiro à luz do período e a constituição de novas fronteiras. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/87.htm>>. [03 Abril 2014].

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa da Produção Agrícola Municipal. *Área plantada, área colhida, volume produzido e valor da produção de cana-de-açúcar*. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=t&o=11>>. [09 Abril 2014].

LOCATEL, C. D. El ambivalente proceso de modernización de la agricultura brasileña y la vivienda rural. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(055). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(055\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(055).htm)>.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Agronegócio brasileiro em números*. Brasília, 2010. <
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es/graficos_portugues_corrige2.pdf>. [02 Abril 2014].

MELO, N. A. *Economia solidária na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

MULLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. *Revista Campo-território*. v.5, n.10, p. 5-64. Uberlândia, 2010.

OLIVEIRA, A. Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In Carlos, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Geografia do Brasil*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009b.

Santos, M. *Pensando o espaço do homem*. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009a.

Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. MIDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Dados da balança comercial total e do agronegócio – exportações e importações 2010, 2011, 2012*. <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>. [08 abril 2014].

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SILVA, J. G. da. Complexos agroindustriais e outros complexos. In: SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

Silva, J. G. Progresso técnico e Agricultura. *Cadernos de ciência e tecnologia*. Vol. 07, n.1/3 - jan./dez. Brasília, 1990. <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9119/516>>. [03 março 2014].

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.